



O ORNITORRINCO URBANO

SÍNTESE DIALÉTICA DO ESPAÇO E DA CIDADE

Allan Barbosa Moreira

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT/UFRRJ)
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Vinicius Ferreira Baptista

Prof. Dr. Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT/UFRRJ)
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Resumo: Este ensaio busca contribuir teoricamente e conceitualmente sobre desenvolvimento urbano e regional recente. Partimos da noção “d’ornitorrinco” de Francisco de Oliveira como forma de problematizar o fenômeno do subdesenvolvimento brasileiro. Metodologicamente os elementos que permeiam este processo evocam a literatura marxista para sua interpretação. Desenvolvemos a expressão “ornitorrinco urbano” como sendo mais uma forma de expressão do espaço e da cidade, em que pese, suas condições econômicas, políticas, sociais e ambientais. O “ornitorrinco” é um adjetivo que representa a dialética do “avanço” econômico em detrimento do “atraso” social, já o “urbano”, como termo agregado, se concentra na análise estrutural dos espaços e dos lugares. Isso posto, podemos compreender como o conceito d’ornitorrinco urbano pode ser utilizado na definição empírica dos lugares. As análises teóricas que tem como objeto o espaço urbano, tem ressignificado seu alcance, em que o avanço e o atraso constroem uma simbiose que não são elementos opostos nem duais, mas co-partícipes de uma lógica própria de práxis urbana.

Palavras-chave: Industrialização. Direito à cidade. Subdesenvolvimento. Francisco de Oliveira. Produção Capitalista do Espaço.



1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste ensaio é contribuir para a literatura sobre desenvolvimento urbano, na etapa em que os impactos derivados do processo de industrialização ganham maior relevância na arena de estudos do desenvolvimento regional em perspectiva. Os estudos da área do planejamento urbano revelam transformações estruturais do subdesenvolvimento brasileiro, provocados pelo processo de urbanização, num contexto de estabelecimento do sistema capitalista enquanto modo de produção — aqui numa interseção crítica entre política, economia e sociedade.

Este trabalho se inscreve ao lado de outros que buscam elaborar novas formas de pensamento sobre o fenômeno urbano. Assim, trabalho como o de Ester Limonad (2007), sobre “urbanização dispersa”, buscam produzir reflexões sobre a reorganização de atividades produtivas dentro da lógica da expansão territorial das forças produtivas. Citemos, entre outros, Carpintero (2007), Monte-Mór (1994) e Reis (2006), ainda sobre os fenômenos de urbanização dos lugares.

Este trabalho se apresenta metodologicamente num terreno do materialismo dialético, sobre a etapa da industrialização como “setor-chave para a dinâmica do sistema capitalista” (OLIVEIRA, 2013, p. 29), que ao se enraizar localmente, oferece frutos econômicos que, irá orientar politicamente o percurso de desenvolvimento das coisas e dos lugares. Partimos, portanto, das dimensões socioeconômicas e político-institucionais que impactam na reorganização de territórios, processos, dinâmicas e expectativas do sistema capitalista.

O fenômeno discutido neste trabalho se baseia na releitura “d’ornitorrinco” de Francisco de Oliveira (2003), como uma tentativa interpretativa do desenvolvimento urbano e regional, influenciado pelos processos industriais e urbanos, “atualizando” seu conceito dentro de uma proposta de se postular novas dinâmicas empíricas após 18 anos de sua publicação. O conceito “d’ornitorrinco urbano” é desenvolvido e pensado como uma nova perspectiva do pensamento para o velho desenvolvimento econômico posto em prática.

Não poderíamos conceituar o ornitorrinco urbano sem dispor de uma releitura crítica do clássico “d’ornitorrinco”, onde propusemos já no próximo apartado. Anterior à definição do urbano, em síntese, aproveitamos o enredo teórico para discutir ruralidades à luz do processo de urbanização. Em seguida, partimos em busca de possíveis definições para o fenômeno urbano, como conceito agregado à literatura trabalhada. Finalmente, na quarta parte deste ensaio, definiremos o conceito d’ornitorrinco urbano como mais uma forma de expressão urbana.

2. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS D'ORNITORRINCO

Como ilustrado pela Figura 1, foi em 2003 que o sociólogo brasileiro Francisco de Oliveira publica seu ensaio, intitulado “O ornitorrinco”, como uma atualização do clássico “Crítica à razão dualista”, publicado em 1972, pelo mesmo autor. Esta pugna de se interpretar o desenvolvimento dos países periféricos, embasada pela literatura marxista, mostra que os elementos “arcaicos” e “modernos” presentes nas sociedades subdesenvolvidas eram associados e resultavam no desenvolvimento do capitalismo. Em “O ornitorrinco”, Oliveira (2003) identifica uma sociedade brasileira híbrida, algo de difícil definição e classificação.

Figura 1 – Ornitorrinco – s.m. (Do gr. Ornis, ornithos. ave + Rhyinkhos. Bico.)

Ornithorhynchus anatinus



Fonte: <https://sites.google.com/site/especiesemviasdeexticao/ornitorrinco>

Em linhas gerais este conceito desenvolvido por Oliveira (2003) de caráter sociológico tem inspiração em trabalhos anteriores de autores, a exemplo de: Cardoso & Faletto (2004), cuja ênfase recaia na dinâmica política entre as classes e grupos sociais no bojo das relações entre economias desenvolvidas e periféricas; Fernandes (2005), que aborda o drama da origem burguesa brasileira, que não soube conciliar revolução econômica e revolução social, cabendo assim, ao Estado ser o elo entre interesses privados e o poder público; Furtado (2009), que propunha o subdesenvolvimento não como uma etapa do desenvolvimento, mas uma condição específica de uma parte do sistema capitalista; por fim, Marini (2012), articula a industrialização na periferia capitalista ao sub-imperialismo brasileiro junto às classes sociais e o caráter de classe no Brasil, destacando o papel da burguesia nacional no capitalismo dependente.



Estas quatro referências foram produzidas entre as décadas de 1960–1970, onde se conjugava as circunstâncias entre o “moderno” e o “arcaico” nas estruturas de desenvolvimento capitalista e a posição do Brasil neste sistema, ao passo em que se analisava estas mediações na própria formação das classes sociais e na estrutura produtiva do país. O conceito “d’ornitorrinco”, portanto, surge num contexto distinto: um processo de globalização das coisas e urbanização dos lugares promovido pela investida do sistema neoliberal nos países em desenvolvimento. Este conceito nasce como espelho das relações políticas, econômicas e sociais, onde se conjugam uma interpretação alternativa sobre o subdesenvolvimento no Brasil. Neste processo, tendo como premissa a necessidade de se postular um conceito que sumarie o “avanço” das estruturas econômicas em cotejo com o “atraso” postulado pelas desigualdades sociais e segregação dos espaços, nasce a metáfora “d’ornitorrinco”.

Este fenômeno que situa a forma da vida urbana, paradoxalmente irá mensurar a problemática atuante da cidade e da realidade urbana. Não apenas fenômenos teóricos, mas também realidades empíricas, das mudanças sociais, econômicas, ambientais, institucionais e demográficas, onde se associa a dialética rural-urbano, sobre o binômio tradicional/moderno, que fundamenta a noção “d’ornitorrinco” como um elemento chave dos processos de avaliação teórica dos lugares, onde é possível relembrar “A Crítica à Razão Dualista” de Oliveira (2013, p. 32) que busca resgatar exatamente essas dualidades. A saber, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”.

Essa classificação dos lugares, proveniente da “produção capitalista do espaço”, construída polarmente em torno da oposição formal entre um setor “atrasado” e um setor “moderno”, sobretudo, como estes conjugam em formas únicas, peculiares a um contexto de subdesenvolvimento como marca do desenvolvimento brasileiro. Portanto, para além de conceitualizar uma condição ambiental *scritu sensu* dos lugares, poderá auxiliar em dimensionar a quimera da cidade contemporânea, marcado pelo “modelo dual-estruturalista cepalino, do distanciamento cumulativo entre os setores ‘moderno’ e ‘atrasado’” (OLIVEIRA, 2013, p. 37).

A noção de “atraso”, segundo Oliveira (2013), especificado pela forma brasileira do subdesenvolvimento, é entendido sobre a precarização de elementos sociais a ganho do setor financeiro, isto é, “o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’” (p. 32). Logo, a noção de “atraso”, como instrumento da reprodução das relações capitalistas,



engendrado por estruturas rústicas, como a “acumulação por espoliação”¹, “ao se descrever o processo de expropriação do campesinato como uma das condições prévias para a acumulação capitalista” (p. 43) irá determinar como o “atraso” se encaixa no mosaico da sociedade capitalista. Como destaca Furtado (2009), não se trata de uma etapa do processo de desenvolvimento, mas uma caracterização própria. A noção do “atraso”, abrange a estrutura “atrasada” da base produtiva, a qual pode absorver ainda mais a mais-valia do trabalhador. Isso permite um grau de expropriação da massa trabalhadora de forma que a taxa de lucro é expressiva.

Já a noção de “avanço”, em Oliveira (2013a, 2013b), se percebe não apenas pelo excesso de estruturas econômicas e urbanização dos lugares, este, entretanto, é identificado “do ponto de vista dos ciclos de capital” através da passagem da economia agrário-exportadora para urbano-industrial, “cujas vertentes se apoiam no enorme contingente de mão de obra, na oferta elástica de terras e na viabilização do encontro desses dois fatores pela ação do Estado, construindo a infraestrutura, principalmente a rede rodoviária” (2013a, p. 42). Como apontam Marini (2012) e Fernandes (2005), este “avanço” é igualmente um fenômeno associado ao sentido periférico em que a estrutura se encontra. Logo, como destacam Cardoso e Faletto (2004), é um “avanço” na medida de sua inserção periférica na ordem capitalista.

Portanto, este conjunto de elementos, no plano teórico, significa a produção da expansão capitalista ou subdesenvolvimento (se se preferir ocultar o adjetivo econômico). Este “avanço” envolve tanto estruturas produtivas como até mesmo elementos legais, como certos “benefícios”, os quais não significam ganhos reais à massa, mas uma forma de o capitalista manter uma relativa taxa de lucro em um sistema em que a exploração é latente. Em resumo a frase ‘é o preço do progresso’ traduz e, ao mesmo tempo, justifica o crescimento caótico da metrópole, porém, podemos e devemos nos perguntar: que tipo de desenvolvimento é esse que, ao mesmo tempo, reflete um crescimento acelerado e exclui deste crescimento a maioria da classe trabalhadora? (KOWARICK, 1993, p. 36, 44).

A noção de “avanço” e “atraso” recente intercalam medidas e propostas percebidas como inerentes ao sistema financeiro-capitalista, em termos daquilo que facilita ou não a sua institucionalização e desenvolvimento. Por isso vemos a desregulação do trabalho e desamparo às medidas de segurança do emprego, ao passo em que convivemos com altos índices de desemprego. Em outra possibilidade: quando pensamos cidades inteligentes para

¹ Aqui podemos resumir o termo “acumulação por espoliação” enquanto uma forma de extorquir as camadas populares do acesso aos serviços de consumo coletivo, assumindo seu pleno sentido: extorsão significa impedir ou tirar de alguém algo a que, por alguma razão de caráter social tem direito. Ver mais em: KOWARICK (1993).



negócios, em que estabelecimento de troca, consumo e produção local vêm sendo fechados e a cidade se torna de transição. Não estamos mais inseridos no capitalismo industrial, da lógica de produção e consumo, mas uma lógica de facilitação e lastro da estrutura financeira. Por isso, “avanço” e “atraso” são configurações que devem acompanhar a dualidade que envolve a noção de modernidade, como sugere a atualização “d’ornitorrinco” deste ensaio.

Deste modo, sobre a necessidade de se criar um conceito que possa definir a realidade contemporânea, o “ornitorrinco” permite sua aplicação relativa ao surgimento do urbano e suas complexidades. Seu uso metodológico e conceitual, descreve a sociedade do século XXI, engendrada a um caráter particular e diferenciado de desenvolvimento, preso a um impasse evolutivo, onde “avanços” se coadunam à “atrasos” que não apenas incidem, mas marcam a estrutura socioeconômica e política-institucional, em contexto truncado. Um desenvolvimento “desigual e combinado”, como aponta Coggiola (2004). Assim, sobre este entendimento, citamos Chico (2003, p. 132) na íntegra:

Como é o ornitorrinco? Altamente urbanizado, pouca força de trabalho e população no campo, dunque nenhum resíduo pré-capitalista; ao contrário, um forte agrobusiness. Um setor industrial da Segunda Revolução Industrial completo, avançado, tatibitate, pela Terceira Revolução, a molecular-digital ou informática. Uma estrutura de serviços muito diversificada numa ponta, quando ligada aos estratos de altas rendas, a rigor, mais ostensivamente perdulários que sofisticados; noutra, extremamente primitiva, ligada exatamente ao consumo dos estratos pobres.

Portanto, assim como Oliveira (2013), outros autores também discutem as contradições econômicas e sociais de países de capitalismo periférico. Os estudos sobre as particularidades do desenvolvimento social russo produzido por Trotsky (1978), trazem outro conceito para a arena de discussão da problemática urbana: o conceito de “desenvolvimento desigual e combinado”, complementado a um estado da arte dos estudos sobre o planejamento urbano e territorial. Neste meandro, surge uma discussão mais profunda sobre a escalaridade do “ornitorrinco”, isto é, Coggiola (2004) explicita, que a “lei do desenvolvimento desigual” e a “lei do desenvolvimento combinado” são corolários, ou seja, “a junção de duas leis intimamente relacionadas interage e influenciam-se reciprocamente” (p. 6).

Portanto, a “desigualdade” e a “combinação” como fator que denomina a noção de “desenvolvimento” dos lugares, dialoga de maneira muito precisa com o “avanço” econômico e o “atraso” social como trunfo do fortalecimento das relações capitalistas, como ilustradas pelo “ornitorrinco” de Oliveira (2013). Tal processo é ressaltado em Fraser (2015) no sentido de que este mecanismo fortalece e institucionaliza o sistema financeiro capitalista, colocando-



o como parâmetro à tomada de decisão no âmbito do Estado a partir das dimensões de racionalidade, alocação de recursos, eficiência e efetividade da ação do Estado, além da economicidade dos recursos públicos — assim, o interesse público é substituído pelos interesses do mercado na ação diretiva do Estado.

Ainda sobre a interação dialética do “desenvolvimento desigual e combinado”, onde os países “atrasados” assimilam as conquistas materiais e ideológicas das nações “avançadas”, numa espécie de “salto histórico”. Segundo Trotsky (1978, p. 40, 41):

não significa que sigam estas últimas servilmente, reproduzindo todas as etapas do seu passado [...] O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada leva necessariamente a uma combinação original de diversas fases do processo histórico. Aqui o ciclo apresenta, enfocado em sua totalidade a um caráter irregular, complexo, combinado.

Tanto a “teoria do desenvolvimento desigual e combinado” quanto o conceito “d’ornitorrinco”, segundo Pochmann (2001), estão relacionados ao contexto da Divisão Internacional do Trabalho (DIT), em que pese, os países do “terceiro mundo” se responsabilizam pela matéria-prima a baixo custo e os países de “primeiro mundo” retornam em produtos de baixa qualidade e com alto valor agregado. Aqui, a DIT é tecnológica, política e social.

Trotsky (1978) diz que o “desenvolvimento desigual e combinado” pode ser observado tanto dentro quanto fora das fronteiras nacionais, e neste intelecto a ocorrência de diferentes taxas do crescimento dos ramos da economia, da sociedade e suas instituições delimitam sua conceitualização do termo. Com isso, podemos expandir em vias geográficas o termo do “desenvolvimento desigual e combinado” em caráter “espacial” fomentando o debate acerca das dimensionalidades dos lugares através da dialética do rural e do urbano.

Após compreender o conceito “d’ornitorrinco” e incluir a discussão sobre a “teoria do desenvolvimento desigual e combinado”, sugerimos penetrar sobre a dialética do rural e do urbano. Afinal é dentro da arena crítica sobre as formas de expressões urbanas onde se conjugam o processo de desenvolvimento que surge a discussão das relações de “atraso” e “avanço” do campo e das cidades.

2.1. A dialética rural-urbano na lógica do ornitorrinco

Os desdobramentos metodológicos sobre a classificação dos lugares, entrelaça uma série de questionamentos, pois, existem critérios de mensuração dos lugares, cujo objetivo se resume em interpretar seu perfil de desenvolvimento. Nesta premissa, autores como Veiga



(2007), Favareto (2007) Kageyama (2008), Wanderley (2013) e Medeiros (2014), se debruçam sobre o conceito de rural e ruralidade, a oposição cidade-campo e as transformações do campo no período recente e a emergência de novas ruralidades, advindas principalmente do processo de urbanização dos lugares.

Em orientação teórica, sob a perspectiva de mensuração teórica dos lugares, pode ser definido como rural, segundo Baptista (2001, p.55):

estabelecendo a conexão entre os elementos caracterizadores do primeiro e procurando explicar, com base nalgumas variáveis (ocupacionais, ambientais, tamanho das comunidades, densidade populacional, homogeneidade e heterogeneidade das populações, diferenciação, estratificação e complexidade social, mobilidade social, migrações, sistema de integração social), os diferentes graus do rural e do urbano, que se ordenavam no espaço, sem rupturas, num contínuo gradual entre os polos extremos.

Ainda, sob a definição do “rural”, agora sobre a perspectiva do urbano, podemos compreender que, os “elementos caracterizadores” foram responsáveis pela modificação do espaço do campo, a qual, através da expansão industrial, comercial e imobiliária, se modificou ao longo do tempo, logo:

O espaço [rural] é agora procurado por urbanos, consumidores da natureza e das atividades que esta proporciona. O mercado já não se limita a pôr em relação, através das trocas de produtos agrícolas e de equipamentos e tecnologias, dois espaços produtivos: a cidade industrial e o campo agrícola. Hoje envolve todo o território numa teia diferenciada de atividades e de fluxos econômicos (BAPTISTA, 2001, p. 55).

Surge através da discussão do campo e das cidades a necessidade de empregar determinadas ferramentas metodológicas, cujo fim se baseia na interpretação do nível de ruralidade ou urbanização dos lugares. Para tanto, metodologicamente é necessário o emprego de mecanismos capazes de mensurar a realidade dos lugares, seja teoricamente, como outrora Oliveira (2013) e Trotsky (1978) o fizeram, ou empiricamente, a partir de indicador multidimensionais de desenvolvimento. Contudo, avaliar o fenômeno de desenvolvimento torna-se tarefa difícil, sendo necessário incluir o conceito de desenvolvimento utilizado com as dimensões consideradas e com a disponibilidade de dados (KAGEYAMA, 2008).

Kageyama (2008) sugere o Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) que procura reunir numa medida-síntese elementos que permitem classificar seu grau de desenvolvimento. Por norma, o IDR é apenas um índice bruto, mas pode ser um passo inicial para se mensurar uma



dada realidade local, e entender como se estabelece o “atraso” e o “avanço” dos lugares e suas dinâmicas.

Contudo, para o cálculo dos indicadores propostos por Kageyama (2008) em termos municipais seria necessário a disponibilidade de uma série de dados que não existem ao nível no Brasil. Por essa razão são necessárias adaptações metodológicas dos indicadores propostos por Kageyama (2008) para que se torne viável a análise do desenvolvimento rural-urbano dos lugares.

Após desenvolver o conceito “d’ornitorrinco” e trazer o debate do “atraso” e do “avanço” das sociedades por meio da discussão da “teoria do desenvolvimento desigual e combinado” de forma que possa aludir sua aplicação teórica sobre as tecnologias que permitem classificar o desenvolvimento local através de indicadores, dentro da dialética rural-urbano, propomos no próximo apartado, discutir o fenômeno urbano, e como este conceito ajuda a pensar o “ornitorrinco”.

2.2. O urbano como termo agregado ao ornitorrinco

Genericamente o fenômeno urbano é interpretado como um continuum do processo de desenvolvimento multissetorial e infraestrutural para outras localidades. O processo de urbanização, possui dois aspectos diferentes. Por um lado, há a questão da definição do fato urbano em oposição ao rural, e a enumeração das características essenciais da cidade. De outro, a definição específica de cada país, para fins estatísticos, e definir o limite a partir do qual a cidade pode começar a ser chamada de entidade distinta dos núcleos rurais ou semi-rurais (CAPEL, 1975).

Neste apartado buscaremos definir o conceito do urbano através de um breve levantamento bibliográfico. Para além de conceitualiza-lo propomos construir um debate que dialogue com o subdesenvolvimento como nexa a discussão de “atraso” e “avanço” dos lugares onde se situa o “ornitorrinco”. Monte-Mór (2007, p. 10) desenvolve um excelente ponto de partida para este momento do texto:

Os adjetivos urbano e rural, todavia, referentes à cidade e ao campo, ganharam autonomia apenas recentemente e dizem respeito a uma gama de relações culturais, socioeconômicas e espaciais entre formas e processos derivados da cidade e do campo, sem, no entanto, permitirem a clareza dicotômica que os caracterizava até o século passado. Ao contrário, cada vez mais as fronteiras entre o espaço urbano e o rural são difusas e de difícil identificação. Pode-se supor que isso acontece porque hoje esses adjetivos carecem da sua referência substantiva original, na medida em que tanto a cidade como o campo não são mais conceitos puros, de fácil identificação ou delimitação.



A cidade e o campo assim como a fundamentação teórica “d’ornitorrinco” apresentam-se como elementos socioespaciais opostos e complementares, que definem o nível de desenvolvimento urbano dos lugares. Monte-Mór (1994, 2007) é um arquiteto e urbanista brasileiro, que junto aos ensinamentos de Henri Lefebvre (2016), discute o fenômeno urbano e toda aurora das cidades que o cerca.

Já Henri Lefebvre (2016), filósofo marxista e sociólogo francês, atravessa o terreno da formação da cidade, como nexo de controle de desenvolvimento, para construir sua crítica do urbano, e mais tarde, através do seu estabelecimento, a discussão vis-à-vis sobre o direito à cidade. Com isso, sobre as veredas da cidade industrial, Lefebvre (2016), situa sua noção do urbano, como uma espécie de terceiro elemento, da síntese dialética da dicotomia cidade-campo.

No entanto, é fundamental entender que a cidade industrial do século XIX e início do século XX foi responsável pela origem de uma nova forma de urbanização, onde este, passa a constituir uma metáfora para a produção do espaço social contemporâneo, cujo espaço construído, por vias do trabalho, produção e consumo, legitima o processo de urbanização intensiva dos lugares, a qual se coaduna a vida na cidade, e que se expande para além dela (MONTE-MÓR, 2007; LEFEBVRE, 1999, 2013).

Para apresentar o urbano Lefebvre (1999) sugere um ponto de partida: o processo de industrialização, interpretado pelo autor como motor de transformação da sociedade. Esse processo irá incentivar o surgimento do urbano. Logo, o fenômeno urbano está atrelado ao estado de natureza dos lugares, heterogeneizado pela reprodução das relações capitalistas. Portanto, em Lefebvre (2016, p. 20), o urbano pode ser descrito como “uma unidade coerente constituída ao redor de uma ou de várias cidades, antigas ou recentes” (p. 20). Neste percurso lefebvriano, encontram-se os “lugarejos ou as aldeias”, mas também os “burgos e as cidades” ambos como universo pertencente ao processo de urbanização dos lugares (LEFEBVRE, 1999, p. 19). Define-se o urbano dentro de uma *práxis* de estagnação das coisas e dos lugares, onde o mundo industrial e urbano surge para suprimir essa “monotonia” evolutiva.

Contrapondo a visão lefebvriana, porém, como uma visão mais voltada ao contexto do Brasil, podemos compreender com a ajuda de Vilmar Faria (1976, 1979, 1991), sobre o processo de urbanização e industrialização, onde tais fenômenos não respeitaram um enredo síncrono de desenvolvimento, isto é, para Faria (1979) o ponto de partida do fenômeno urbano é a sistematização e o desenvolvimento da divisão social do trabalho, e não pura e simplesmente o processo de industrialização, como aponta Lefebvre (1999), onde se concentra o delineamento geográfico dos lugares, e aqui entra a questão da relação entre campo e cidade, descontinuidade e dispersão da população sobre o caráter marcadamente



primaz do sistema urbano brasileiro (1979, p. 97). O acúmulo de fatores que influenciam no desenvolvimento posto em prática, seja de crescimento ou estagnação, ou de caráter econômico e social irá contribuir para a conjugação entre os conceitos “d’ornitorrinco urbano”. Como aponta Faria (1991, p. 105):

Em resumo, a sociedade urbana brasileira resultante do processo de crescimento, urbanização e mudança dos últimos trinta anos apresenta-se, estruturalmente, como uma sociedade complexa, espacial, ocupacional e socialmente diversificada, unificada mas heterogênea, segmentada e, sobretudo, profundamente desigual, apesar de ter passado por seus "trente glorieuse" de que fala Hirschman.

Sobre este impasse evolutivo em que pese o desenvolvimento econômico em prejuízo da estagnação social, podemos atribuir a relação entre Estado e o urbano no Brasil, e não muito diferente dos estudos de Faria (1976, 1979 e 1991), como vimos, Oliveira (2013b) pressupõe o fenômeno urbano e sua relação com o Estado, através da divisão social do trabalho, porém, atribui outros dois pontos: as relações de produção, que irá nortear a que passos anda tanto a economia, quanto a sociedade e aqui se vincula a dimensão espacial, pois, são intrínsecos neste processo, e por fim, o Estado e o espaço urbano, como a forma mais convencional e talvez a forma mais acabada, do ponto de vista empírica de observação dos lugares (OLIVEIRA, 2013b, p. 49).

Sobre esse aspecto, agora imerso a aspectos infraestruturais que irá contar a história do fenômeno urbano, através da premissa da “espoliação urbana”, Lúcio Kowarick (1993), orienta que a aparência desordenada do crescimento metropolitano do ponto de vista infraestrutural, a que corresponda a expansão do setor de transportes que orienta a ocupação do solo, sob as relações de habitação. Em resumo, a frase “é o preço do progresso” traduz e, ao mesmo tempo, justifica o crescimento caótico da metrópole (p. 36). Podemos, portanto, concluir que o “avanço” econômico, em termo históricos nunca deixou de contar com a “reserva de mão de obra” como produto do “atraso” social muito caro as necessidades e demandas das relações capitalistas posto em prática.

Por fim, voltamos aos estudos de Monte-Mór (2007) e sua definição do urbano contemporâneo, para consolidar e entender como este conceito é construído nas perspectivas recentes do Brasil. O urbano contemporâneo para o autor é identificado como uma “metáfora para o espaço social (re)definido pela urbanização [...] essa forma espacial herdeira e legatária da cidade que caracteriza o fenômeno urbano contemporâneo e a sociedade urbana” (p. 14). A perspectiva do *continuum* da cidade ao campo, irá estruturar o conceito do urbano



em Monte-Mór (2007, p. 16), e é através deste que surge o conceito de urbanização extensiva, elaborado pelo mesmo autor, como sendo:

É a essa urbanização que ocorreu para além das cidades e áreas urbanizadas, e que carregou com ela as condições urbano-industriais de produção (e reprodução) como também a práxis urbana e o sentido de modernidade e cidadania, que tenho chamado de urbanização extensiva.

Nessa simbiose, à qual, se associa o *continuum* da cidade para o campo, definido por Monte-Mór (2007) como o fenômeno da “urbanização extensiva”, surge a discussão sobre a “produção capitalista do espaço”, afinal, a privatização dos setores responsáveis pela organização do espaço, acabou tendo como corolário a privatização dos processos de planejamento e controle territorial pelo Estado, onde o capital produz os espaços da cidade e não mais o contrário. Esta “produção capitalista do espaço” irá legitimar o “avanço” em detrimento do “atraso” (o ornitorrinco), influenciado, pois, por estruturas (sub)desenvolvidas dos espaços (sub)urbanizados.

Para definir o fenômeno da “produção capitalista do espaço”, utilizamos a singular e multidisciplinar perspectiva geográfica desenvolvida pelo geógrafo inglês David Harvey (2005, 2014). Suas concepções marxistas do Estado, das classes sociais, da acumulação, da urbanização e da renda, são elementos parte de índole essencialmente metodológica que buscam explicitar os fundamentos teóricos e conceituais do fenômeno urbano.

Em síntese, no capitalismo a produção expande-se espacial e socialmente (no sentido que penetra toda sociedade). Logo, a produção do espaço se insere na lógica da produção capitalista que transforma toda produção em mercadoria. Portanto, embasado pelo método dialético, a “produção capitalista do espaço” é sustentada pela “teoria da acumulação numa escala geográfica expansível” (HARVEY, 2015, p. 70), onde o acúmulo de capital e circulação de capital e os excedentes de mão de obra e de produção constituem-se como elementos legitimadores da produção do espaço urbano, a qual, a teoria da “produção capitalista do espaço” se associa. Assim, o espaço-mercadoria, sobre o nome de “produção capitalista do espaço”, se identifica como fruto do fenômeno urbano e ajuda a entender quais narrativas surgem por detrás do estabelecimento das relações capitalistas após o processo de industrialização.

Por conseguinte, o conceito de “urbanização extensiva”, embora não utilizado por Oliveira (2003), traduz o produto oriundo do desenvolvimento econômico presente, ilustrado pela exploração capitalista de terras e territórios, onde o conceito da “produção capitalista do espaço” se apresenta. Em resumo, tais conceitos estão inseridos nesta crítica, apenas para



teorizar sobre os fenômenos intrinsecamente relacionados ao processo de urbanização dos lugares, onde o “ornitorrinco” se determina.

Nos referimos, portanto, a alguns dos panoramas penetrados ao processo de urbanização dos lugares, onde, se misturam e se separam os elementos responsáveis pelo subdesenvolvimento posto em prática. Este caminho indica a imanência “d’ornitorrinco” no processo de urbanização dos lugares.

Posto determinadas definições sobre o conceito do urbano, acrescido de organismos evolutivos que incidem sobre o processo de subdesenvolvimento dos lugares, onde se configura a noção do “atraso” e do “avanço” discutidos anteriormente, sobre o nome “d’ornitorrinco”, poderemos avançar e definir o conceito de ornitorrinco urbano, que não apenas atualiza o conceito “d’ornitorrinco” de Oliveira (2013), mas também refina o debate sobre o subdesenvolvimento, como mais uma forma de expressão urbana presente.

3. ORNITORRINCO URBANO

No plano teórico, temos como influência tanto o conceito “d’ornitorrinco”, sobre a crítica do subdesenvolvimento como ferramenta da política desenvolvimentista brasileira pós-segunda guerra, num contexto de luta de classes e transformação da economia agrária exportadora para urbano-industrial. Também bebemos da fonte lefebvriana sobre o direito à cidade, que surge exatamente como resposta as necessidades sociais inerentes à sociedade urbana (LEFEBVRE, 2016). Aqui se formula o conceito d’ornitorrinco urbano, agora sem asas.

O conceito d’ornitorrinco urbano nasce enquanto termo no amadurecimento do pensamento sobre a cidade, e mais especificamente, em como as modificações empíricas do pensamento da cidade recente influenciou em suas diferentes definições, isto é, o significado da cidade orientada por uma práxis urbana do morar e do habitar, está associado a uma ordem econômica posta historicamente, redefinindo não apenas o conceito da cidade e o cotidiano do homem citadino, mas também suas geografias ambientais e sociais como um todo. Paralelamente, o sentido proposto d’ornitorrinco articula o próprio desenho da cidade, seus espaços e lugares, uma vez que considera o processo moderno das relações produtivas e do consumo, ao passo em que também trata da cidade como espaço de vivência, encontro e sociabilidade, as quais, não necessariamente, se moldam na mesma velocidade e substância do “moderno”.

Se se pretende apresentar o conceito da cidade, embora não seja o objetivo deste ensaio, precisamos entender que não existe um entendimento homogêneo de sua definição.



O que existem são estudos sobre a cidade, e teóricos que são referenciais na área dos estudos urbanos. Dentro desse grande campo, que inclui diferentes ciências, a cidade ocupa um lugar de discussão e problematização. Atentos a esse aspecto, à sua maneira, Marx (2007) e Lefebvre (1999; 2016) ou ainda Harvey (1980; 2005; 2014) e Rolnik (1995; 2019) convergem na compreensão no que diz respeito a cidade e o urbano.

Embrionado pelo pensamento da cidade, surge o ornitorrinco urbano, e sua definição se postula nas vivências e rotinas das cidades — como o morar e o habitar que permeiam os organismos plurissetoriais, responsáveis pela organização do espaço construído, e da interação desses elementos. Paradoxalmente essas “velhas” e “novas” dinâmicas irão redefinir a práxis urbana, quer seja do aparelho do Estado, na perspectiva das políticas públicas, quer seja dos aspectos geográficos, da produção do espaço.

Logo, a ideia de atualizar o conceito d’ornitorrinco supõe identificar novas atribuições ao termo, a qual se caracterizam o conjunto de articulações da sociedade recente, onde cada “braço” ou cada “perna” representam um sentido de direção que não necessariamente trabalham de forma independente, isto é, sobre o prisma econômico (por exemplo), quer sobre a industrialização, quer sobre a financeirização, sugere-se pensar sobre a “mão” invisível das relações capitalistas onipresentes institucional e socialmente, pois, embora sejam apresentados de forma “moderna”, são considerados como principal fator de promoção do “atraso”, identificado pela desigualdade a que estamos inseridos.

Nos resta então, apresentar em quais tópicos o conceito d’ornitorrinco urbano atualiza as características de uma sociedade recente, penetrada aos preceitos capitalistas, e marcado por novos elementos empíricos, como a financeirização das coisas e dos lugares. Esta atualização do conceito “d’ornitorrinco”, está articulada, ao relacionamento do subdesenvolvimento brasileiro sob a noção de espaço, isto é, partimos do princípio que o desenvolvimento urbano-industrial impactou significativamente na organização territorial, logo, o ornitorrinco urbano insere-se na crítica de se interpretar os fenômenos espaciais derivados deste processo, atrelado a questionamentos políticos, econômicos e sociais, onde o “ornitorrinco” se orienta.

Precisamos apontar o que nos levou a incluir o “urbano” ao conceito “d’ornitorrinco”. Como já elucidamos o conceito “d’ornitorrinco” de Oliveira (2013) surge como tentativa de se interpretar a formação econômica do Brasil, ou seja, nesse eixo teórico, se encontra a noção do “atraso” social como alimento do “avanço” de mercado, representado tanto pelo barateamento da oferta de mão-de-obra quanto pela capital de excedentes e a consequente urbanização dos lugares. Portanto, o conceito d’ornitorrinco urbano surge para aludir sobre o que vem através do processo de urbanização, tal qual, Lefebvre (2016, p. 19) apontou como



resposta ao processo de “implosão-explosão da cidade” pelo fenômeno urbano. O sentido de urbano também se atrela à centralidade do espaço urbano na lógica do sistema socioeconômico e político-institucional da financeirização do capital, na medida em que este espaço se torna proeminente dos mecanismos de resistência aos signos disputados no desenvolvimento do próprio espaço.

Isso posto, podemos compreender como o conceito d’ornitorrinco urbano pode ser utilizado na definição empírica dos lugares. Metodologicamente este conceito surge como uma metáfora que ajuda a sumarizar as “novas” dinâmicas da sociedade, derivados do processo de industrialização e urbanização, que por sua vez, não foram suficientes para suprimir as deficiências socioespaciais derivados deste processo. Pelo contrário, a abertura industrial na segunda metade do século XX, a longo prazo, trouxe consigo novas dificuldades infraestruturais, habitacionais e socioambientais. Portanto, o conceito d’ornitorrinco urbano surge para definir o resultado do “avanço” do setor econômico, alimentado pelo “atraso” das dificuldades sociais, onde o inverso também pode ser considerado.

O espaço urbano, portanto, tem ressignificado seu alcance e limite nas configurações do “atraso” e do “moderno”, em que estes constroem uma simbiose que não são elementos opostos nem duais, mas co-partícipes de uma lógica própria que situa um espaço urbano de negócios e investimentos com alta circulação de capital especulativo. Ao mesmo tempo, trata-se de um espaço urbano nocivo e reativo às pessoas, àqueles que demandam direito à cidade, em termos de acesso, moradia, pertencimento e trabalho.

Em especial, os mecanismos do capital na lógica do sistema de financeirização ditam a organização do espaço urbano, em decisões pró mercado ou, no linguajar midiático, que “animam” ou “agradam” o mercado (como se este fosse um ser dotado de sentimento). Assim, mercados assumem a liderança na proposição de normativas em que o Estado delimita o acesso e regulação da cidade. Estas normativas pensam a cidade como espaço de negócios e exploração do trabalho e do espaço urbano em si – aqui se travam batalhas por normativas “modernas” de “simplificação” ou “desregulação”, mas que, ao cabo dos indivíduos, reforçam mecanismos “arcaicos” de exploração do trabalho e expropriação do lucro e excedente. É notório, assim, o “moderno” e o “arcaico” redefinido, conjuntamente, num processo. Não podem, em última instância, serem lidos individualmente.

Esta forma não pode igualmente ser considerada “híbrida”, uma vez que os dois elementos não atuam separadamente e, não necessariamente, podem ser lidos um sem o outro. A partir da inspiração em Fernandes (2005), Furtado (2009) e Marini (2012), o ornitorrinco urbano é uma formação específica que caracteriza as nações em desenvolvimento do último quarto do século XX e não uma etapa do processo de

desenvolvimento das cidades, sobretudo, as localizadas na ordem periférica do sistema internacional da divisão do trabalho.

Para ilustrar como o ornitorrinco urbano nasce enquanto conceito dentro do espaço da cidade, numa dimensão mais orgânica e menos teórica, utilizamos duas figuras (2 e 3) que representam um determinado espaço, pela qual, não pode ser definido inteiramente como avançado e nem como um lugar completamente atrasado. Na primeira figura (figura 2), encontra-se o município de Paraisópolis, em São Paulo, e na figura seguinte (figura 3) está representado a cidade do Rio de Janeiro. Podemos realizar a leitura dessas cidades sob a ótica do conceito do ornitorrinco urbano.

Figura 2 – Paraisópolis – São Paulo



Fonte: <https://www.theguardian.com/cities/2017/nov/29/sao-paulo-tuca-vieira-photograph-paraisopolis-portuguese>

Figura 3 – Rocinha – Rio de Janeiro



Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/611146/segregacao-urbana-em-6-fotografias-desigualdade-vista-de-cima>

Por fim, como o título deste trabalho sugere, o ornitorrinco urbano surge como mais uma forma de expressão urbana do espaço e da cidade. Logo, as “ruralidades”, a “urbanização extensiva”, a “produção capitalista do espaço”, a “planificação urbana” e o “movimento social urbano”, aparecem como sintomas oriundos do desenvolvimento industrial, ou ainda como meio para o desenvolvimento urbano presente. Portanto, sintetizamos em um só termo, a noção do subdesenvolvimento, onde o ornitorrinco urbano se associa enquanto conceito.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio buscou contribuir sobre o entendimento do espaço e da cidade sobre a noção d’ornitorrinco urbano como metáfora de análise das condições da sociedade contemporânea, seguidos de suas características políticas, econômicas e sociais, convenientes à discussão sobre o “avanço” econômico e “atraso” das condições sociais.

A responsabilidade de teorizar sobre as estratégias político-econômicas em comunhão a comportamentos socioambientais do Brasil, trazendo consigo um profundo debate de como se resolve as instâncias hierárquicas dos lugares, aqui classificados pelas dimensões de ruralidade e urbanização dos lugares, provoca a necessidade de uma crítica teórica muito cara no campo do desenvolvimento territorial e regional, junto aos estudos técnico-científicos da grande área do campo de públicas.



Isso posto, podemos compreender que o ornitorrinco urbano, para além de ser apenas um termo de referência do evolucionismo territorial recente, aqui está vinculado uma série de questionamentos teóricos da arena de discussão do espaço e da cidade muito frutífera à sua composição enquanto conceito, isto é, a essencialidade do debate sobre o rural e o urbano, ao passo que questiona todo o processo conceitual sobre o ornitorrinco urbano, irá também contribuir para novas perspectivas de apresentação do termo e sua práxis urbana, legitimando ainda mais sua aplicação enquanto conceito sociológico.

REFERÊNCIAS

- Baptista, Fernando Oliveira. *Agriculturas e territórios*. Oeiras, Portugal: Celta, 2001.
- Capel, Horácio. *La definición de lo urbano. Reproduzido de Estudios Geográficos*. 1975.
- Cardoso, Fernando Henrique e Enzo Faletto. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 8. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- Carpintero, Antônio Carlos. "Brasília: algumas notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano." REIS, N.G. e M.S TANAKA. *Brasil, estudos sobre a dispersão urbana*. São Paulo: FAUUSP/FAPESP, 2007. 213-230.
- Castells, Manuel. *A Questão Urbana*. Trad. Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1983.
- Coggiola, Oswaldo. "Trotsky e a lei do desenvolvimento desigual e combinado." *Novos rumos* 42.19 (2004): 4-23.
- Faria, Vilmar. *Cinqüenta anos de urbanização no Brasil*. São Paulo: Novos Estudos CEBRAP, 1991.
- . *O processo de urbanização no Brasil: algumas notas para seu estudo e interpretação*. ABEP, 1978.
- . *O sistema urbano brasileiro: um resumo das características e tendências recentes*. São Paulo: Estudos CEBRAP, 1976.
- Favareto, Arilson. "Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Questão." São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007. 79-103.
- Fernandes, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. São Paulo: Globo, 2005.
- Fraser, Nancy. "Legitimation Crisis? On the Political Contradictions of Financialized Capitalism." *Critical Historical Studies*. 2. Vol. 2. 2015. 157-189. 30 de 11 de 2020. <<https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/683054>>.
- Furtado, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto (Centro Internacional Celso Furtado), 2009.
- Harvey, David. *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- . *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- . *Cidades Rebeldes - do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.



- Kageyama, Angela A. "Rural e Ruralidade." KAGEYAMA, Angela. *Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro*. Porto Alegre: UFRGS Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.
- Kowarick, Lúcio. *A Espoliação Urbana*. 2ª. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- Lefebvre, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- . *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing, 2013.
- . *O Direito à Cidade*. São Paulo: Nebli, 2016.
- Limonad, Ester. "Urbanização dispersa mais uma forma de expressão urbana?" *Revista Formação* (2007): 31-45.
- Marini, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Trad. Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvêa. Florianópolis: Insular (Coleção Pátria Grade), 2012.
- Marx, Karl e Friedrich Engels. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- Medeiros, Leonilde Servolo de. "Rural e urbano no Brasil: marcos legais e estratégias políticas." *Contemporânea*. 1. Vol. 4. 2014. 117-142.
- Monte-Mór, Roberto Luís de M. "Urbanização Extensiva e Lógicas de Povoamento: um olhar ambiental." Milton Santos, Roberto Luís de M. Monte-Mór. *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. 169-181.
- ___, Roberto Luís. *O que é o urbano, no mundo contemporâneo*. Curitiba: Revista Paranaense de Desenvolvimento, 2007.
- Oliveira, Francisco de. *Crítica à razão dualista, O ornitorrinco*. 1ª. São Paulo: Boitempo, 2003a.
- ___, Francisco de e Cibele Saliba Rizek. *Cidades e conflito: o urbano na produção do Brasil contemporâneo*. 1ª. Rio de Janeiro: FASE - Solidariedade e Educação, 2013b.
- Pochmann, Márcio. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- Reis, N.G. *Notas sobre Urbanização Dispersa e novas formas de tecido urbano*. São Paulo: Via das Artes, 2006.
- Trotsky, Leon. *Histoire de la Révolution Russe*. Paris: Février, 1978.
- Veiga, José Eli da. "Mudanças nas relações entre espaços rurais e urbanos." *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*. 1. Vol. 3. 2006. 123-149.
- Wanderley, Maria e Arilson Favareto. "A Singularidade do Rural Brasileiro: Implicações para as Tipologias Territoriais e a Elaboração de Políticas Públicas." Miranda, C. e H. (orgs.) Silva. *Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras*. Brasília: IICA, 2013. 413-464.